

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA

Karina dos Santos Machado

**PROTESTO NEGRO: O RESSURGIMENTO DA IMPRENSA NEGRA
NOS ANOS FINAIS DA DITADURA CIVIL-MILITAR PELOS JORNAIS
DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU)**

Santa Maria, RS
2023

PROTESTO NEGRO: O RESSURGIMENTO DA IMPRENSA NEGRA NOS ANOS FINAIS DA DITADURA CIVIL-MILITAR PELOS JORNAIS DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU)^{1*}

Karina dos Santos Machado^{2**}

Diorge Alceno Konrad^{3***}

Resumo: O presente artigo, a partir da revisão bibliográfica, pretende compreender a atuação do Movimento Negro Unificado (MNU), através da publicação de suas reivindicações políticas em torno da mobilização de questões raciais no jornal *Nêgo*, produzida por militantes do Movimento. Considera-se pertinente a apresentação de um breve histórico sobre a Imprensa Negra, do qual este jornal se insere e que retoma sua circulação no Brasil no final da década de 1970, situando-se historicamente nos anos finais da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), no processo de redemocratização do País. A partir da revisão, concluiu-se que há poucas contribuições historiográficas a respeito dos jornais do MNU.

Palavras-Chave: Imprensa Negra; Movimento Negro Unificado; Ditadura Civil-Militar; Brasil.

Abstract: This article, based on a bibliographical review, aims to understand the actions of the Unified Black Movement (MNU), through the publication of its political demands around the mobilization of racial issues in the newspaper *Nêgo*, produced by activists of the Movement. It is considered pertinent to present a brief history of the Black Press, of which this newspaper is part and which resumed its circulation in Brazil at the end of the 1970s, historically situated in the final years of the Civil-Military Dictatorship (1964-1985), in the country's redemocratization process. From the review, it was concluded that there are few historiographical contributions regarding the MNU newspaper.

Keywords: Black Press; Unified Black Movement; Civil-Military Dictatorship; Brazil.

INTRODUÇÃO

Em 2023, a Imprensa Negra completou seus 190 anos de existência no Brasil, e o legado histórico de suas lutas e das diversas organizações dos Movimentos Negros Brasileiros contra o racismo, a exclusão, a desigualdade social e econômica, contribuíram e seguem contribuindo rumo à emancipação do povo negro para a superação e reparação dessas desigualdades históricas, resultantes de quase quatrocentos anos de escravização e exploração.

Partindo dessas reflexões, procurou-se compreender a atuação do Movimento Negro Unificado (MNU), que surgiu em 1978, período de vigência da Ditadura Civil-Militar no País, momento de articulação de diversos militantes dos movimentos negros denunciando o racismo,

^{1*} Este artigo vai ser apresentado ao Curso de História Licenciatura (UFSM), para fins de publicação.

^{2**} Acadêmica do Curso de História - Licenciatura (UFSM), e militante do Levante Popular da Juventude.

^{3***} Orientador, Professor Titular do Departamento e do PPG em História da UFSM, Doutor em História Social do Trabalho pela UNICAMP.

em plena Ditadura. O ressurgimento da Imprensa Negra, no final dos anos 1970, após o cerceamento causado pela repressão e o Terrorismo de Estado (TDE) dos governos ditatoriais, contra os movimentos sociais e negros, contribuíram como um meio de levar a público, os debates e reivindicações propostos por estes movimentos.

Com o objetivo geral de compreender quais as demandas políticas eram propostas pelo MNU, por meio dos jornais produzidos pelos militantes do Movimento, que circularam entre 1981-1988, este artigo buscou, através de uma revisão bibliográfica, apontar as contribuições de pesquisadores sobre os jornais do MNU. A fim de realizar este intento, foram realizadas buscas no google acadêmico e no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além da consulta de contribuições de autores sobre a Imprensa Negra. A partir disso, considerou-se pertinente apresentar um panorama sobre a trajetória da Imprensa Negra Brasileira.

TRAJETÓRIA DA IMPRENSA NEGRA NO BRASIL

Ao longo dos séculos, as populações negras desenvolveram mecanismos de resistência e diferentes modos de se expressar, tanto pela sua cultura, quanto por modos de reivindicar sobre seus direitos. As diversas formas de organização culminaram nas lutas históricas da população negra por direitos políticos e sociais. Essas diversas formas que a população negra encontrou para organizar suas comunidades, foi apontada pelo historiador Petrônio Domingues (2018a, p. 134), o qual dedica seus estudos sobre histórias dos Movimentos Negros Brasileiros, explicando que a constituição dessas organizações que objetivam mobilizar às questões raciais no País, são oriundas de uma forma própria de se organizar, chamada de associativismo negro.

O autor defende que a construção de formas de associativismo, por parte da população negra, remonta às experiências do Período Colonial, quando os escravizados desenvolveram formas de reunir-se em grupos e organizarem-se, desde as maltas de capoeira e terreiros de candomblé. As irmandades religiosas católicas e agremiações de auxílio mútuo, que foram criadas ao longo do Período Republicano, tinham como objetivo promover a organização social, política, econômica e religiosa para esses grupos sociais, os quais, após a Abolição da escravidão, em 1888, continuavam a enfrentar adversidades, mesmo saindo da condição do cativo para a “liberdade”.

De acordo com Domingues (2018a, p. 140), as diversas formas de associativismos negros desempenharam um papel fundamental para a garantia de espaços de sociabilidades negras no período imediato do Pós-Abolição, Para o autor,

Esses grupos impulsionaram o sentimento de pertencimento, construíram e preservaram laços de solidariedade racial. Contribuíram para a percepção das desigualdades e discriminações raciais em nossa sociedade, animando assim os movimentos de reivindicação por direitos e cidadania. Ainda mais, colaboraram para manter viva uma experiência de resistência e ação coletiva, que remonta à época da escravidão.

A construção da vida associativa para a população negra liberta, nos primeiros anos da República, instituiu laços de solidariedade racial no período em que buscavam integrar-se à sociedade, sendo a organização coletiva, um modo de resistência. Tais formas de agenciamento da comunidade negra, através de organizações de apoio para buscarem melhores condições para vida em sociedade, era constante entre negros livres e libertos, os quais procuravam assegurar direitos sociais para essa comunidade (SILVA; XAVIER, 2019). Conforme as autoras, “o associativismo negro abrange a construção de uma série de entidades e organizações coletivas como, a criação de escolas, clubes sociais, imprensas, entre outras manifestações voltadas para a promoção social da população negra”. (*Idem*, p. 2).

Nesse sentido, compreende-se o associativismo negro como um conceito fundamental para o entendimento da constituição da Imprensa Negra Brasileira, conforme apontam Pinto (2006), Moura (1988) e Domingues (2007), a Imprensa Negra refere-se a um tipo de imprensa produzidas por pessoas negras, e direcionadas à população negra, com conteúdos de interesse de seu público alvo, diferenciando-se, assim, da grande imprensa.

De acordo com o historiador Flávio Gomes (2005, p. 15), os periódicos da Imprensa Negra tornaram-se instrumentos de comunicação entre diversos intelectuais, grupos, associações e entidades negras, tanto para o público alvo desses jornais, do qual o autor se refere como o “meio negro”, como também, em relação á demais setores sociais. Os jornais da Imprensa Negra priorizavam a construção de um diálogo entre a população negra, afirmando-se enquanto instrumentos de formação e educação, e através de seus editoriais e publicações, procuravam abordar temas sobre a autovalorização da população negra, suas visões de mundo e suas formas de organização e participação política, cultural e religiosa.

O primeiro jornal da Imprensa Negra, registrado no Brasil, intitulado, *O Homem de Côr*, foi publicado em 14 de setembro de 1833, em uma tipografia no Rio de Janeiro, mas, a partir de sua terceira edição, passou a se denominar *O Mulato* ou *O Homem de Côr*. Produzido e assinado por Francisco de Paula Brito e Mauricio José de Lafuente, este registro foi identificado nos estudos de Ana Flávia Magalhães Pinto (2006), demonstrando, em sua pesquisa, a existência de periódicos da Imprensa Negra ainda no período anterior ao Pós-Abolição, visto que o exercício da imprensa no País era oficializado desde 1808.

Na primeira publicação, o periódico, fundado por Francisco de Paula Brito, apresentava críticas às autoridades por estes proporem a classificação dos cidadãos brasileiros pelo critério da cor em listas oficiais do Governo. Esse descontentamento surgiu do temor à perpetuação da divisão e das hierarquias na distribuição de cargos públicos organizados desde o Primeiro Reinado, no qual, priorizavam portugueses e pessoas brancas em detrimento das de origem negra, as quais ficavam relegadas a cargos de posições inferiores.

O surgimento do jornal inspirou a criação de outros periódicos ainda no Período Regencial. Sua edição apresentava-se como inovadora, ao trazer, pela primeira vez, discussões sobre a questão racial para o centro do debate público. Outras publicações de jornais do século XIX foram: *O Homem - realidade constitucional ou dissolução social* (1876), o *Treze de Maio* (1888), *A Pátria - órgão dos homens de cor* (1889) (PINTO, 2006; DOMINGUES, 2018b).

A pesquisa de Ana Flávia Magalhães Pinto (2006) em sua dissertação de mestrado, apresentou oito jornais da Imprensa Negra do século XIX e início do século XX no País. A investigação da autora apontou novas e importantes contribuições para a historiografia, ao identificar a circulação de jornais na Corte Imperial. Além disso, sua pesquisa identificou jornais publicados nas regiões Nordeste e Sul do Brasil, expandindo a análise de jornais para além da região Sudeste, recorte espacial que compreende a maioria dos registros historiográficos anteriores. Para a autora, o surgimento dos primeiros jornais da Imprensa Negra Brasileira foram um meio da população negra tecer narrativas próprias da condição em que se encontravam, na transição da escravidão para a “liberdade”. Conforme Pinto (2006, p. 27),

esses momentos iniciais da imprensa negra no Brasil demonstram que, a despeito de inúmeros contratemplos - entre os quais o próprio escravismo e seus instrumentos a fins - negros aqui formularam uma fala própria e tornaram-na pública. Ainda que não tenham alcançado simultaneamente todo o território nacional, esses impressos são parte do esforço coletivo de controlar os códigos da dominação e subvertê-los.

A partir da instauração da República, em 1889, ocorreu um grande crescimento das associações⁴ negras, e da Imprensa Negra. Como afirma Domingues (2007), a população de ex-escravos, libertos e seus descendentes, instituíram formas de mobilizar as questões raciais negras no País, com a criação de grêmios, clubes, associações e jornais em alguns estados do

⁴ Domingues (2018^a, p. 136) aponta que surgiram associações com variados tipos de atividades, ao longo do Período Republicano, multiplicando-se por todo o País, desde associações beneficentes, de atividades no campo cultural e educacional, como as sociedades recreativas, desportivas e clubes sociais, entre outras. Só na cidade de Porto Alegre surgiram 72 delas, entre 1889 e 1920; em São Paulo foram 123, entre 1907 e 1937.

Brasil, como um meio de reverter o quadro de marginalização⁵ que a população negra enfrentava no alvorecer da República.

O surgimento de novos jornais, nas primeiras décadas do século XX, mencionados pela historiografia, apresentam os seguintes títulos: *O Progresso - orgam dos homens de côr* (1889), *A Pátria* (1899), *A Redenção* (1899), *O Baluarte* (1903), *O Melenick* (1915), *O Combate* (1912), *O Patrocínio* (1913), *O Getulino* (1923) e *O Clarim D' Alvorada* (1924) (MOURA, 1988; DOMINGUES, 2007; CARVALHO, 2009).

De acordo com Gomes (2005), inicialmente, os jornais da Imprensa Negra, concentrados principalmente em São Paulo, capital e interior, estavam vinculados às sociedades dançantes, aos clubes recreativos e às associações beneficentes. Algumas dessas associações e clubes, tais como a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos, o Centro Cultural Henrique Dias, os Campos Elísios, o Grêmio Bandeirantes, o Grêmio Dramático Recreativo e Literário, a Sociedade Propugnadora 13 de Maio, entre outras entidades, utilizavam-se dos jornais como um meio de divulgar suas diversas atividades, como palestras, reuniões, bailes e festas, as quais eram realizadas por essas associações.

É necessário ressaltar que, apesar dos jornais da Imprensa Negra estarem concentrados, em sua maioria, no Estado de São Paulo, existiam jornais em circulação em outras localidades do País, ao longo da Primeira República, tais como: *A Verdade* (1904), em Pouso Alegre (MG); *Cruz e Souza* (1919), em Lages (SC); *A Federação*, no Rio de Janeiro (RJ); *A Tesoura* (1924), *O Exemplo* (1892), em Porto Alegre (RS); *A Alvorada*⁶(1907); em Pelotas (RS). Somente em São Paulo e no Rio Grande do Sul existiram pelo menos 43 jornais da Imprensa Negra, entre 1899 e 1930 (DOMINGUES, 2018b, p. 307).

O sociólogo francês Roger Bastide⁷ efetuou uma pesquisa pioneira, ao tratar da Imprensa Negra no Brasil, em específico, sobre a imprensa Negra Paulista, além de abordar a condição da população negra e suas experiências de preconceito racial cotidiano, buscando compreender a fundo sobre a mentalidade destas populações, por meio dessas publicações. Os

⁵ Segundo George Andrews (1991), os afro-brasileiros se encontravam excluídos politicamente, em decorrência das limitações da República em relação ao sufrágio e demais formas de participação política; seja social ou psicologicamente, em faces da doutrina do racismo científico e da “teoria do branqueamento”, ou ainda economicamente, devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus. Cf. O protesto negro em São Paulo. **Estudos Afro-Asiáticos**, 1n. 21, 991, p. 32.

⁶ O jornal *A Alvorada*, fundado em 1907 por operários negros, em Pelotas-RS, esteve em circulação, com algumas interrupções, até 1965, sendo o periódico da Imprensa Negra de maior longevidade dessa fase. Um estudo relevante sobre *A Alvorada*, foi desenvolvido na tese de mestrado de José Antônio dos Santos, posteriormente publicado em livro. Ver: **Raiou a Alvorada: intelectuais negros e imprensa**, Pelotas (1907-1957). Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2003.

⁷ BASTIDE, Roger. A Imprensa Negra no Estado de São Paulo. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. **Boletim CXXI Sociologia**, n. 2. Estudos Afro-brasileiros, 2ª série, 1951.

sociólogos Clóvis Moura (1988) e Miriam Ferrara (1985) apresentaram relevantes contribuições acerca dos jornais da Imprensa Negra Paulista. A análise de Miriam Ferrara propõe uma revisão da periodização de jornais realizada anteriormente por Bastide (1951), ampliando a quantidade de jornais estudados, datando a periodização dos jornais de 1915 a 1963, na qual a autora divide a Imprensa Negra Paulista em três fases.

Na primeira fase, de 1915 a 1923, Ferrara aponta o surgimento dos jornais *O Melenick* (1915), *A Rua* (1916), *O Xauter* (1916), *O Alfinete* (1918), *O Bandeirante* (1919), *A Liberdade* (1919), *A Sentinela* (1920), *O Kosmos* (1922) e *Getulino* (1923), e observou que, nesta fase, os jornais caracterizam-se, em sua maioria, por conteúdos comuns entre tais periódicos, com publicações de interesse da comunidade negra, como as notas de aniversários, casamentos, falecimentos, festas, avisos e anúncios. Outro ponto em comum são as questões de comportamento a serem seguidas pela comunidade negra, que se mostravam uma preocupação frequente dos jornais da Imprensa Negra, conforme foi observado pelo também sociólogo Clóvis Moura (1988, p. 205). Para o sociólogo e historiador,

em quase todas as publicações é visível a preocupação com uma ética puritana capaz de retirar o negro da sua situação de marginalização [...]. Os jornais servem, portanto, para indicar através de regras morais o comportamento que deveriam seguir os membros da comunidade negra.

A segunda fase, de 1924 a 1937, foi marcada pelo surgimento dos jornais *O Clarim da Alvorada* (1924), *Elite* (1924), *Auriverde* (1928), *O Patrocínio* (1928), *Progresso* (1928), *Chibata* (1932), *Evolução* (1933), *A Voz da Raça* (1933), *Tribuna Negra* (1935) e *A Alvorada* (1936). Neste período, a autora destaca que a Imprensa Negra atingiu seu ápice, sendo que as reivindicações de direitos e a participação da comunidade negra eram as pautas centrais das publicações. Como afirma Ferrara (1985, p. 201),

revela-se o sentimento maior de união, para com mais força o negro reivindicar seus direitos e reclamar sua participação na sociedade. Seu protesto se faz ouvir em diferentes aspectos da sua vida, tanto no campo profissional, no político, como no lazer. Sua reivindicação começa com o jornal “O Clarim da Alvorada”, para efetivar seus ideais com o jornal “A Voz da Raça”.

De acordo com Ferrara (1985), os jornais *O Clarim da Alvorada*⁸ e *A Voz da Raça*, marcaram um período de crescimento das reivindicações do negro. Segundo a análise da autora,

⁸ A circulação do jornal *O Clarim da Alvorada* encerrou-se por volta de 1932, devido a divergências entre seus editores com a Frente Negra Brasileira (FNB). Foi criado, então, o pequeno jornal, *Chibata* (1932) em resposta, para satirizar e fazer críticas à FNB.

o jornal *O Clarim da Alvorada*⁹ instituiu um marco importante na segunda fase dos jornais da Imprensa Negra Paulista, sendo um dos mais relevantes jornais na cidade de São Paulo, até o surgimento de *A Voz da raça*, fundado por José Correia Leite e Jayme Aguiar, inicialmente criado com a proposta de ser um jornal de publicações literárias, e passou a assumir uma postura reivindicatória de direitos da comunidade negra, tornando-se um porta-voz dos ideais coletivos dessa comunidade. O período que corresponde à segunda fase da Imprensa Negra Paulista sofreu a interrupção da circulação desses jornais, com a instauração da Ditadura do Estado Novo, em 1937. Conforme Flávio Gomes (2005, p. 28), “Em 1937, veio o Estado Novo de Getúlio Vargas, fechando partidos e associações políticas. Foi um duro golpe para a FNB. Houve mesmo um refluxo nas associações negras existentes”.

Segundo Ferrara (1985), não há registros na historiografia de circulação dos jornais da Imprensa Negra, após o ano de 1937. Somente após a deposição de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo, o processo de redemocratização permitiu o retorno e rearticulação da Imprensa Negra, em 1945, favorecendo, assim, o surgimento de novos jornais e marcando a terceira fase da Imprensa Negra, com as seguintes publicações: *A Alvorada* (1945), *Senzala* (1946), *União* (1948), *Mundo Novo* (1950), *Quilombo*¹⁰ (1950), *Redenção* (1950), *A Voz da Negritude* (1953), *O Novo Horizonte* (1954), *Notícias de Ébano* (1957), *O Mutirão* (1958), *Hífen* (1960), *Níger* (1960), *Nosso Jornal* (1961) e *Correio de Ébano* (1963).

Por fim, Ferrara (1985) demarca a limitação de sua pesquisa até o ano de 1963, e concluiu que não foram encontrados mais registros da circulação desses jornais pela historiografia, neste recorte temporal. A Imprensa Negra retomou sua circulação, em meados dos anos 1970. Porém, destacamos que a autora refere-se à Imprensa Negra, em circulação na Região Sudeste, portanto, não podemos utilizar o marco temporal de 1963 como um marco definitivo do encerramento da Imprensa Negra como um todo, considerando as demais regiões do País.

⁹ O jornal *A Voz da Raça*, também destacado pela autora, surgiu com um caráter ainda mais político, pois tratava-se do órgão oficial da FNB, tendo como objetivo divulgar as ideias e os posicionamentos da Organização. A FNB foi fundada em 1931, por Arlindo Veiga dos Santos, Isaltino Veiga dos Santos, Alfredo Eugênio da Silva, Pires Araújo e Roque Antônio dos Santos. A Organização surgiu após a Frente Única Paulista (PRP e Partido Democrático) excluir os negros da participação política, ainda no início da década de 1930.

¹⁰ O jornal *O Quilombo*, foi idealizado pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), grupo teatral composto por artistas negros e negras e que deu origem a diversas outras organizações dos Movimentos Negros Brasileiros. O TEN foi uma das principais organizações dos Movimentos Negros nesse período, fundado em 1944, no Rio de Janeiro, sob a liderança de Abdias do Nascimento, reconhecido intelectual e ativista dos Movimentos Negros.

Contudo, a autora conclui em sua análise que os jornais da Imprensa Negra desempenharam a função de propor reflexões acerca dos problemas enfrentados pela população negra, reivindicar direitos e maior participação política, com o objetivo de promover a integração do negro na sociedade. Entretanto, Ferrara (*Idem*) aponta alguns fatores como a falta de coesão do grupo, a falta de interesse da maioria da comunidade por sua condição social, a instabilidade socioeconômica, e as dificuldades financeiras enfrentadas pelos editores dos jornais, como obstáculos que impediram a longevidade dos periódicos, os quais, muitas vezes, acabavam por ter suas edições reduzidas a curtos espaços de tempo e se mantinham com certa dificuldade. Clóvis Moura (1988, p. 205), em seus estudos sobre a Imprensa Negra Paulista, também observou que as condições financeiras para a manutenção dos jornais, e a importância que as publicações possuíam como uma expressão da comunidade negra. Seguimos o autor:

Durante todo o tempo em que a imprensa negra circulou, através de jornais de pequena tiragem e duração precária, as atividades da comunidade negra de São Paulo, ali se refletiam dando-nos por isso um painel ideológico e existencial do universo negro. Nela se encontram estilos de comportamento, anseios, reivindicações, protestos esperanças e frustrações dos negros paulistas.

Entretanto, para Carvalho (2009), a dissolução dos jornais ocorreu devido à desarticulação entre os editores. Conflitos, ora causados por divergências ideológicas, ora interesses individuais, devido a opção de alguns editores por aderir à direção política partidária, entraram em dissonância com os princípios iniciais coletivos defendidos pelos jornais, os quais reivindicavam, em suas publicações, a integração do negro na sociedade para o alcance da cidadania. Por fim, o autor defende que houve um declínio do caráter reivindicatório dos jornais, consolidado com a implantação do Estado Novo, mas que já demonstrava esses sinais com a permanência de poucos jornais na segunda fase, de 1923 a 1937. Apesar da dispersão dos intelectuais negros, em 1937, a decadência dos jornais em São Paulo não determinaram seu fim, pois anos depois algumas dessas lideranças estiveram presentes em publicações posteriores.

A partir das leituras de Ferrara (1982), Carvalho (2009) e Domingues (2007), concluiu-se que a Imprensa Negra sofre uma segunda interrupção, ao longo de sua existência, dessa vez, no início dos anos 1960, com a consolidação do Golpe Civil-Militar de 1964, o qual instaurou, os 21 anos de governo ditatorial, com a sucessão de presidentes ditadores eleitos de forma indireta. A supressão das liberdades democráticas, característico dos governos ditatoriais, estabeleceu além de graves violações aos direitos humanos, censuras e silenciamentos. A

Imprensa Negra foi apenas uma das organizações atingidas entre outras diversas organizações e movimentos sociais.

O Golpe Civil-Militar de Abril de 1964 marcou o início de mais um período de ruptura democrática na formação histórica brasileira. A Ditadura destituiu o governo democrático do presidente João Goulart, através de uma coalizão reacionária formada entre civis e militares. A Ditadura Civil-Militar, que perdurou até 1985, contou com apoio de setores da sociedade civil, sobretudo, das classes dominantes que estiveram aliadas às forças militares, e participaram da implementação do Golpe, e atuaram em sua sustentação (MELO, 2012).

As motivações do Golpe, a partir da implantação do governo ditatorial, possuíam os objetivos políticos de desarticular as esquerdas e as mobilizações sociais, a fim de reorganizar a política do Estado, para uma nova etapa de acumulação do capital. Nos primeiros anos, a construção do Terrorismo de Estado e centralismo político pretendia blindar o Estado das pressões da sociedade civil, junto à repressão social, marcada por prisões e censuras, perseguições aprofundadas com a edição do AI-5 (NAPOLITANO, 2014, p. 6).

Os movimentos sociais, existentes no período, passaram a ser vistos com desconfiança, e tornaram-se alvo de vigilância, e perseguições. Como observou Carlos Fico (2001, p. 188) “os Movimentos Negros que igualmente surgia no Brasil era visto como objeto de manipulações por parte dos comunistas, que através dele, pretendiam reavivar e agravar tensões sociais, no caso, valendo-se da questão racial”. A repressão, imposta pelo governo ditatorial, enfraqueceu as organizações dos Movimentos Negros¹¹, do qual se incluía a Imprensa Negra, a qual, como consequência, tiveram suas atividades limitadas e parte de suas organizações desmanteladas. Conforme Domingues (2007, p. 111), “o golpe militar de 1964 representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ele desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava o enfrentamento do “preconceito de cor” no país”.

De acordo com Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982, p. 30), a repressão aos Movimentos Negros, imposta pelo pela Ditadura, “desmobilizou as lideranças negras, colocando-as em uma espécie de semiclandestinidad” que inviabilizou a mobilização de suas atividades políticas e, conseqüentemente, desarticulou boa parte das organizações negras neste período. A repressão contra os Movimentos Negros foi estudada por Karin Kossling (2007),

¹¹ [...] movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural [...]. (DOMINGUES, 2007, p. 101).

Para a autora deste artigo, os Movimentos Negros, configuram-se desde as revoltas e levantes de escravizados no período colonial e imperial, assim como as diversas formas de associativismos negros, organizações negras e os movimentos Negros organizados, ao longo do período Republicano.

através da pesquisa na documentação do DEOPS/SP, identificou que os Movimentos Negros foram sistematicamente vigiados e reprimidos desde a década de 1940, pois a atuação desses movimentos era entendida pela polícia política como potenciais ameaças. Já no pós-1964, na visão dos militares, a militância negra era capaz de criar conflitos raciais, que colocariam em questionamento a crença de “democracia racial brasileira”, difundida pelo governo ditatorial.

Dessa forma, a repressão sofrida pelos Movimentos Negros fez com que perdessem força durante boa parte da década de 1960. Contudo, assim como os demais Movimentos Sociais, e militantes de esquerda, apesar da repressão política, encontraram formas de resistir aos tempos de Ditadura. Na década de 1970, segundo a historiografia, o processo de reabertura política marcou a importância da atuação dos Movimentos Sociais, e das esquerdas que construíram diversas mobilizações em denúncia aos crimes da Ditadura e em defesa da retomada da democracia no País.

Jesus (2015) constatou que, a partir da instauração da Ditadura, ocorreu um aumento da criação de dossiês e relatórios contendo informações detalhadas sobre diversos grupos e segmentos sociais. Essas informações eram direcionadas para as polícias políticas, tanto regionais, quanto nacionais. Dos segmentos sociais que eram vistos como uma ameaça, ao projeto político ditatorial baseado na ordem, eram considerados como “subversivos”, os opositores ou contrários a Ditadura, estavam os estudantes, os sindicalistas, os religiosos, os partidos de esquerda, os Movimentos Negros e demais Movimentos Sociais, que foram alvos contantes da vigilância e repressão da Ditadura.

No plano político, o governo ditatorial organizou-se a partir da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)¹² Para a implementação das medidas repressivas, como bem pontuou Alves (1984), os objetivos principais da Doutrina eram implementar medidas de segurança interna e externa, combinado ao desenvolvimento da economia nacional.

Segundo a interpretação do historiador Enrique Padrós (2005), o Terrorismo de Estado constitui um elemento central presente nas ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, na

¹² Idealizada pela Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1949, com a assistência de consultores franceses e estadunidenses, desempenhou um papel de treinamento de alto nível para o desempenho de funções de direção e planejamento de segurança nacional (ALVES, 1984). A Doutrina era associada a uma diretriz de desenvolvimento econômico baseado no modelo capitalista associado-dependente. Supondo que o Brasil se integrava ao contexto internacional da chamada Guerra Fria, e seu posicionamento geopolítico garantisse uma importância estratégica do ponto de vista de suas relações internacionais, o governo militar pretendia combater as “ameaças comunistas”, assim como era de sua intenção, elevar o País a um patamar de grande potência mundial (ALVES, 1984; FICO, 2001).

qual, segundo o autor, “o TDE se fundamenta na lógica de governar mediante intimidação” (2005, p. 64). Concordamos com o autor, que a Doutrina de Segurança Nacional teve como objetivo, reprimir as mobilizações populares, e das classes trabalhadoras, para defender os interesses das classes dominantes do País, e do capital estrangeiro, consolidando os interesses desses setores golpistas e do imperialismo estadunidense, Segundo Padrós (2005, p. 43),

a política de Terror de Estado (TDE) implementada pelas ditaduras civis-militares que se disseminaram pelo Cone Sul latino-americano, entre as décadas de 1960 e 1980, foi o mecanismo utilizado para aplicar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), visando defender os interesses dos setores dominantes locais e do capital estrangeiro e destruir as tendências de questionamento social e de exigência de mudança estrutural promovidas pelas organizações populares.

Com base nessas reflexões, conclui-se que as medidas repressivas do governo ditatorial desmobilizaram setores anteriormente organizados da sociedade civil, como os movimentos sociais, sobretudo, as organizações negras, que ainda assim, resistiram à Ditadura Civil-Militar.

Domingues (2018b, p.310) acrescenta que o Golpe de 1964, além de instituir censuras e perseguições, impediu o debate público de discussões a respeito de problemas raciais. Além disso, a Ditadura reforçou as desigualdades sociais e raciais que já existiam na sociedade brasileira. Conforme RIOS (*apud* GUIMARÃES, 1999, p. 66),

Nos anos de ditadura militar, entre 1968 e 1978, a “democracia racial” passou a ser um dogma, uma espécie de ideologia do Estado brasileiro. Ora, a redução do antirracismo ao antirracismo, e sua utilização para negar os fatos de discriminação e as desigualdades raciais, crescentes no país, acabaram por formar uma ideologia racista, ou seja, uma justificativa da ordem discriminatória e das desigualdades raciais realmente existentes.

RESSURGIMENTO DA IMPRENSA NEGRA DOS ANOS 1970

Desse modo, a Imprensa Negra, que teve suas atividades cerceadas pela Ditadura, retomou à sua atuação “aos primeiros sinais de normalidade institucional, nos anos 1970” (DOMINGUES, 2018, p, 310). Novos periódicos começaram a surgir e circular nesse período, marcando uma nova fase da Imprensa Negra, que retomaram suas atividades nos anos finais da Ditadura Civil-Militar. Os primeiros jornais surgidos nessa fase foram o *Árvore das Palavras* (1974) e o *Quadro* (1974), na cidade de São Paulo. No interior de São Paulo, surgiu *Biluga* (1974), em São Caetano, e *Nagô* (1975), em São Carlos. No Rio de Janeiro, o *Boletim IPCN* (1976). A partir do final dos anos 1970, com a reorganização dos Movimentos Negros e o processo de reabertura política, a Imprensa Negra retomou sua circulação em diversas localidades do País com a publicação dos seguintes jornais: *Tiçãõ* (1977), em Porto Alegre;

Objetivo (1977); em Uberaba; *A Voz do Negro* (1981), em Belo Horizonte; *Nêgo* (1981), *Afro-Brasil* (1984) e *Elemi* (1985), em Salvador; *Angola* (1981), em Recife; *Zumbido* (1982), em São Luís; *Sinba* (1977), *Africus* (1982), *Frente Negra* (1982) e *Nzinga* (1984), no Rio de Janeiro; coluna *Afro-Latino-América*, no jornal *Versus* (1977), *Brasil-África* (1977), *Negrice* (1977), *Abertura* (1978), *Jornegro* (1978), *O Saci* (1978), *Vissungo* (1979) e *Jornal da Comunidade Negra* (1985), *Revista Ébano* (1980) e *Revista MNU* (1980), em São Paulo (DOMINGUES, 2018b).

De acordo com Araújo (2000, p. 171), os jornais da Imprensa Negra, ligados à diversas organizações dos Movimentos Negros, estabeleceram-se como um importante instrumento para a construção de um discurso político para suas organizações. O surgimento desses jornais, em meados dos anos 1970 e 1980, expressaram o retorno de parte dos Movimentos Negros no Brasil, após a intensa repressão dos primeiros anos da Ditadura. Foi a partir dos jornais que esse Movimento divulgava seus principais debates, e diferentes opiniões. As dificuldades enfrentadas pelos editores desses jornais limitavam a circulação, pois contavam com números reduzidos de impressos, além da curta duração de existência. Mesmo enfrentando essas dificuldades, “isso não impediu que em torno deles se consolidasse um grupo de militância que contribuiu de forma significativa para que se desenvolvesse o movimento negro brasileiro” (*Idem*, p.30). Os jornais da Imprensa Negra dos anos 1970 e 1980 divulgavam conteúdos críticos com relação ao cenário político em que estavam inseridos. Esses jornais estavam inseridos no tipo de imprensa de contestação à Ditadura, reunindo diversos grupos, alguns de esquerda, outros ligados à movimentos sociais, como a imprensa feminista, a imprensa dos Movimentos “gay” e a Imprensa Negra. Este tipo de imprensa era chamada de imprensa alternativa.

Desse modo, a imprensa alternativa tornou-se uma ferramenta que contribuiu, de forma significativa, para que os diversos movimentos sociais, expressassem suas ideias através da publicação desses jornais. Para Abreu, “os muitos e variados jornais alternativos que surgiram nesse contexto constituíram um importante movimento de reação à tentativa de imposição de silêncios tão característica em regimes de exceção” (2022, p. 6), no qual os jornais alternativos e de esquerda contestavam a Ditadura. Essas publicações denunciavam o autoritarismo, a opressão e a violência contra a população praticada pela Ditadura. Conforme Araújo, (2000, p. 21),

Durante os anos de governo militar - notadamente durante a década de 1970 - proliferaram no Brasil um tipo de imprensa que ficou conhecida como imprensa alternativa. Eram jornais de formato tablóide, ou mini tablóide, muitas vezes de tiragem irregular, alguns vendidos em bancas, outros de circulação restrita, e sempre

de oposição. Durante a ditadura esses jornais questionaram o regime, denunciaram a violência e a arbitrariedade, expressando uma opinião e uma posição de esquerda num país que praticamente havia suprimido quase todos os canais de organização e manifestação política de oposição.

Portanto, compreende-se que os jornais da Imprensa Negra, da década de 1970, ligados aos Movimentos Negros, também enquadram-se no formato de jornais alternativos. Aqui, entra o propósito central deste artigo, que se propôs a analisar produções historiográficas a respeito do jornal *Nêgo*, produzido pelo MNU, com o propósito de entender as reivindicações políticas em relação às questões raciais, por meio da publicação dos jornais produzidos pelos militantes do Movimento.

De acordo com o historiador Amilcar Pereira, o MNU¹³, que surgiu em 7 de julho de 1978, instituiu um marco nos Movimentos Negros Contemporâneos, com o ato de fundação nas escadarias do Teatro municipal de São Paulo (2010, p.186-187). O significado deste momento é sintetizado pelo autor:

Um ato público de protesto em meio a uma ditadura militar, ou seja, o enfrentamento do regime em vigência em praça pública, já que um dos pontos da carta [de fundação] é a denúncia de crimes de tortura e assassinato de um jovem negro, tão comuns durante aquele período de repressão política. Sem dúvida representava uma novidade para o movimento negro que se constituía no Brasil na década de 1970.

Segundo Domingues (2007), a criação do Movimento contou com influências para assumirem um discurso radical contra a discriminação racial. A luta por direitos civis nos Estados Unidos, organizações negras marxistas como os Panteras Negras e o processo de libertação dos países africanos contribuíram nesse sentido para o discurso do Movimento, oriundo das lideranças negras da Convergência Socialista, as quais defendiam que a luta antirracista deveria ser revolucionária e anticapitalista. Alguns desses militantes que estiveram na fundação do Movimento Negro Unificado, eram nomes como Lélia Gonzales, Milton Barbosa, Hamilton Cardoso, Neuza Pereira, Flávio Carrança e Vanderlei José Minka.

Ao realizarmos uma busca na historiografia sobre jornais da década de 1970, entretanto, constatou-se a ausência de publicações sobre os jornais do MNU. Em buscas no portal de periódicos da CAPES, com as palavras-chave “jornal do MNU” e “Nêgo jornal do MNU”, não foram encontradas publicações. A partir da busca simples, pelo google acadêmico, por sua vez, foram localizados os trabalhos de Araújo (2000), Abreu (2019) e Salomão (2013), contribuições recentes que demonstram que o tema é pouco explorado pela historiografia,

¹³Segundo Domingues (2007) No seu 1º Congresso, o MNUCDR conseguiu reunir delegados de vários estados. Por entenderem a luta anti racista como prioridade, optou-se pela alteração do nome para MNU.

sobretudo relacionado a agência dos Movimentos Negros pela Imprensa Negra com a historiografia sobre a Ditadura.

Em *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e o mundo na década de 1970*, Maria Paula Araújo (2000) selecionou algumas das publicações de jornais da Imprensa Negra dos anos 1970 e 1980. Ao analisar as edições do jornal *Nêgo*, do MNU, aponta que os jornais dos anos 1980, a partir do processo de redemocratização e maior organização de movimentos sociais, assumiu o caráter de ser o órgão de divulgação das entidades, com posições políticas próprias, como o caso dos jornais do MNU. Além das pautas em torno das questões raciais, o jornal posicionava-se, sobre as questões políticas nacionais, buscando diálogo com as esquerdas, defendendo a campanha por eleições livres e diretas e a convocação da assembleia constituinte, compreendendo que o jornal reivindicava, além das pautas raciais, a atuação dos Movimentos Negros na política nacional Assim, “para a comunidade negra, representada por 70% da população, a luta por eleições livres e diretas já, com a convocação de uma assembleia constituinte livre e soberana, onde todos os setores oprimidos da sociedade tenham o controle dela era a única saída para a superação da crise” (*Nêgo*, n. 6, 1984, *apud* ARAÚJO, 2000, p. 173).

O artigo “Na Raça Pela Democracia: A luta política dos jornais negros na Ditadura” (1977-1988), da historiadora Gabrielle Abreu (2019), buscou compreender, a partir dos jornais *Versus* (1975-1979), *Tiçã* (1978-1980) e *Nêgo* (1981-1988), como as entidades negras se representavam nessas publicações, bem como se organizaram, e resistiram à Ditadura e posicionaram-se a favor da democracia. A autora apontou que as organizações negras, surgidas nos anos 1970, tinham como objetivo principal combater o mito da democracia racial, sustentada pelo governo ditatorial, a qual fazia prevalecer a crença de que as relações raciais se davam de forma harmoniosa no País. As publicações que denunciavam o racismo presente no cotidiano da população negra, tinham o objetivo de contrapor o mito difundido pela Ditadura. No entanto, neste artigo, a autora não aprofunda a discussão sobre cada um dos jornais citados.

O trabalho de Salomão (2013), *Que imprensa é essa? Os jornais negros de Salvador na década de 1980*, buscou analisar os jornais da Imprensa Negra de Salvador, abordando com mais detalhes os jornais produzidos pelo MNU. O autor caracteriza os jornais negros, dos anos 1970 e 1980, como meios de protesto, nos quais os militantes dos Movimentos Negros propuseram reflexões e debates. As edições dos jornais *Nêgo*, analisadas pelo autor de (1981-1987), publicadas pela seção do MNU - Bahia, traziam em suas publicações, além de denúncias de casos de racismo, artigos refletindo sobre a condição da população negra e sobre a violência

policial, o desemprego, crítica ao suposto “milagre econômico” e fez críticas constantes ao treze de maio, propondo a substituição pelo 20 de novembro. Na edição nº 6, de 1984, os jornais *Nêgo*, propuseram debates sobre a participação das populações negras na Constituinte. A partir de 1987, o jornal *Nêgo*, passou a circular nacionalmente, contando com publicações de outros estados do Brasil, a capa desta edição destacou os 99 anos da abolição, com críticas à situação da população negra, que ainda enfrentavam o racismo e a exclusão, e o empobrecimento oriundos do processo de escravização, e do sistema capitalista.

A partir da leitura dos escritos do sociólogo marxista, Florestan Fernandes, na obra *O significado do Protesto Negro* (1989), concordamos com o autor, que nas décadas de 1910 e 1920, ocorreram tentativas de organizar o protesto negro, com o intuito de integrar a população negra na sociedade de classes, e contrapor a a ideologia racial dos brancos das classes dominantes. Entre as décadas de 1920 e 1940, após a Primeira Guerra Mundial, questionava-se, porque a população negra continuava em condição inferior, aos imigrantes, por exemplo, sendo perceptível o “preconceito de cor”. Na década de 1960, segundo Fernandes (1989, p. 44),

No momento, o que se configura como tarefa política central do movimento negro diz respeito ao combate à ditadura e, por conseqüência, ao caminho que esta escolheu para perpetuar-se indefinidamente, a “abertura” que se autoproclama democrática mas fecha todos os espaços para as igualdades elementares e para os direitos fundamentais dos cidadãos. A ditadura que atormenta o Brasil não tolhe o elemento negro de maneira tangencial e secundária. Ela revitaliza estruturas arcaicas, e, ao fazê-lo, revitaliza práticas que, tanto no plano das relações de classes quanto no das relações de raças, precisam ser eliminadas até o fundo e para sempre! Trata-se de uma realidade histórica à qual será impossível fugir. Goste ou não, queira ou não, o negro constitui uma das forças vitais da revolução democrática e da revolução nacional. Ele está envolvido no processo universal de combate a essa ditadura, à contra-revolução que a levou ao poder e a mantém nele; e é preciso que se veja de modo claro no centro mesmo da vanguarda que deve transformar o Brasil numa sociedade democrática.

Para Fernandes (1989), a “segunda abolição”, defendida pelos movimentos negros, se deu pelo fato de que é necessária, a emancipação social e política das populações negras, que com a abolição, não tiveram direitos sociais e políticos assegurados. O autor, defende que as populações negras, tem uma tarefa política, de catalisar a revolução democrática, acima de qualquer contingência, para que assim, a verdadeira democracia racial se estabeleça, sendo a democracia, a expressão da força revolucionária, de todas e todos aqueles deserdados da terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Imprensa Negra Brasileira, desde seus primeiros periódicos, ainda no Período Imperial e no pós-Abolição, perpassando o crescimento de publicações pelo País, durante o Período Republicano, buscou reivindicar melhores condições de vida para a população negra, bem como, a luta contra o racismo e desigualdades na sociedade brasileira.

A partir da revisão bibliográfica de trabalhos que buscaram conectar a atuação do MNU através de jornais produzidos pelo Movimento, do qual identificou-se que são raras as produções historiográficas a respeito deste tema. Com relação aos jornais da Imprensa Negra dos anos 1970 e 1980, conclui-se que essas produções, também situadas no formato de imprensa alternativa, tinham objetivo de opor-se à grande imprensa, apresentando em suas publicações, os posicionamentos políticos desses jornais, sobretudo, em oposição à Ditadura, como uma ferramenta de divulgação dos debates dos diversos movimentos sociais e partidos de esquerda.

Partindo dessas reflexões, este artigo esforçou-se em compreender como os jornais do MNU contribuíram para a luta do Movimento, através de publicações que denunciaram o racismo na formação Sócio-Histórica brasileira e reivindicaram melhores condições para a população negra, combatendo a ideia de “Democracia racial” difundida pelo governo ditatorial. Os jornais do MNU puseram em circulação seus debates em defesa das eleições livres e diretas, e exigiram a participação na Constituinte de 1988.

Por fim, compreende-se que há lacunas na historiografia em relação à população negra que resistiu à Ditadura, bem como sobre a participação de Movimentos Negros organizados, pretendeu-se contribuir acerca do protagonismo dos Movimentos Negros no cenário político dos anos 1980, protagonistas fundamentais para a redemocratização do Brasil, lutaram (e lutam) ativamente para uma “verdadeira democracia racial”, que só se dará com a articulação da luta antirracista com a luta anticapitalista. Pretendeu-se também, com este trabalho, contribuir com a lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, a fim de colaborar para visibilidade do protagonismo de militantes negros e negras no cenário político brasileiro, em que suas atuações foram importantes e fundamentais na resistência á Ditadura, nas lutas populares, na luta pela redemocratização do Brasil, e pela garantia de direitos para que nós, a população negra das classes trabalhadoras, possamos cada vez mais avançar em direitos, participação política e emancipação, contra o racismo e todas as formas de opressão.

Referências Bibliográficas

ABREU, Gabrielle. Na Raça pela democracia: A luta política dos jornais negros na ditadura (1977/1988). **Anais do 30º Simpósio Nacional de História - ANPUH**, Recife, 2019.

_____. Imprensa Negra e resistência à ditadura Brasil: o ressurgimento dos jornais negros na década de 1970. **Boletim Historiar**, v. 9, n. 03, set 2022. P. 03-16.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1985)**. 4 ed Petrópolis: Vozes, 1987.

ANDREWS, George Reid. O protesto negro em São Paulo. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 21, 1991, p. 21-48. Disponível em: <http://d-scholarship.pitt.edu/21324/>. Acesso em: 16 nov.2023.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra do Estado de São Paulo. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. **Boletim CXXI Sociologia**, n. 2. Estudos Afro-Brasileiros, 2º série, 1951. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/380695040/BASTIDE-Roger-A-imprensa-negra-no-Estado-de-Sao-Paulo-ROGER-BASTIDE-pdf>. Acesso em: 16 nov.2023.

CARVALHO, Gilmar Luiz de. **A Imprensa Negra Paulista entre 1915 e 1937, características, mudanças e permanências.** Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, 2009.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, 2007, v.12, n. 23, p. 100-122.

_____. Associativismo Negro. In: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018a, p. 134-141.

_____. Imprensa Negra. In: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018b, p. 305-312.

FERNANDES, Florestan. **Significado do Protesto Negro.** São Paulo: Cortez Editora, 1989.

FERRARA, Miriam Nicolau. A Imprensa Negra Paulista (1915 -1963). **Revista Brasileira de História**, 1995, v. 5, n. 10, p.. 197-207.

FICO, C. **Como eles agiam.** Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro.** Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

JESUS, Marize Conceição de. O regime militar e a questão racial: o interdito. **Anais do XVII Encontro de História da ANPUH-Rio - Entre o local e o global.** 2016. Disponível em: https://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465860689_ARQUIVO_TEXT_OCOMPLETOPARAANPUH.pdf. Acesso em: 16 nov. 2023.

KOSSLING, Karin Sant'Anna. **As lutas antirracistas de afrodescendentes sob vigilância do DEOPS-SP (1964-1983)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01112007-142119/pt-br.php>. Acesso em: 17 ago.2023.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “Civil-Militar”? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**, ano XIII, n. 27, 2º semestre 2012, p. 39-53. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944369004.pdf>. Acesso em: 27 nov.2023.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo, Editora Ática, 1988.

NAPOLITANO, M. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PADRÓS, Enrique, Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. **História & Luta de classes**, v. 4, p. 43-49, 2005. Disponível em: <https://dev.historiaelutadeclases.com.br/upload/arquivo/2017/11/5b2543f8edbbd140abe2a3b3f859f08d7163e89f>. Acesso em: 29 nov. 2023.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22402>. Acesso em: 04/11/2023.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura à tinta preta: a imprensa negra no século XIX (1833-1899)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/6432/1/Ana%20Flavia%20Magalhaes%20Pinto.pdf>. Acesso em: 08 mai.2023.

SALOMÃO, René Santos. **Que imprensa é essa? Os jornais negros de Salvador na década de 1980**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade de Comunicação, UFBA, Bahia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31340>. Acesso em: 05 nov. 2023.

SANTOS, José Antônio dos. **Raiou a Alvorada: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957)**. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2003.

SILVA, Lúcia Helena; XAVIER, Regina Célia Lima. Historicizando o associativismo negro: contribuições e caminhos da historiografia. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 11, p.1-15, 2019. acesso em 22 set.2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337993691_Historicizando_o_associativismo_negro_contribuicoes_e_caminhos_da_historiografia, Acesso em: 19/09/2023.

